

ESTUDO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DAS ENTIDADES BRASILEIRAS PATROCINADORAS DE FUNDOS DE PENSÃO: UMA ANÁLISE DA DELIBERAÇÃO Nº 371/00 DA CVM

Allan Alexandre Mendes Gonçalves
PMIRPGCC - UNB/UFPB/UFPE/UFRN

Paulo César de Melo Mendes
PMIRPGCC - UNB/UFPB/UFPE/UFRN

Ducineli Régis Botelho
PMIRPGCC - UNB/UFPB/UFPE/UFRN

RESUMO

Os fundos de pensão vêm crescendo nos últimos anos e ocupando um lugar entre os principais agentes da economia nacional. O aumento da importância dos fundos de pensão vem acompanhado de um constante aperfeiçoamento das regras e dispositivos que regulam o setor de previdência privada brasileiro. Esse estudo tem como objetivo analisar as variáveis, presentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício que influenciam a variação do passivo (ativo) atuarial nas entidades brasileiras patrocinadoras de planos de benefícios de aposentadoria e pensão, no período de 2001 a 2006. Neste estudo, dentre as 332 (trezentas e trinta e duas) entidades de fundos de pensão, de acordo com dados da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (2006), foram selecionadas as demonstrações contábeis das entidades patrocinadoras referentes às 25 (vinte e cinco) maiores, dentre as EFPC patrocinadas por companhias de capital aberto. No estudo, constatou-se que as empresas da amostra pesquisada tiveram a preocupação de evidenciar as informações atuariais, contudo, resta pouca uniformidade e clareza nas informações divulgadas, apesar de a deliberação nº. 371/00 da CVM ser detalhista e apresentar diversos exemplos.

1 INTRODUÇÃO

A previdência social no Brasil vive uma crise com um déficit crescente em suas contas, segundo Figueira (2003), entre as principais causas da crise, pode-se listar como principais: a legislação complexa e os muitos privilégios, o assistencialismo, o aumento da expectativa de vida, o crescimento da economia informal, o desvio dos recursos da previdência social e a ausência de segregação entre as contas da previdência e da assistência social.

Segundo dados do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) (2006), informações de setembro de 2006, a previdência complementar é composta por 364 entidades fechadas de previdência privada (EFPC), patrocinadas por 2.208 empresas. Estes 364 fundos de pensão, segundo dados do MPAS (2006), têm um ativo total de aproximadamente 329 bilhões de reais, com 61,12% pertencente aos fundos de patrocínio público e 38,88% aos de patrocínio privado.

A maior parcela do ativo total das EFPC está concentrada em investimentos, sendo que o ativo de investimento das EFPC é de 306,3 bilhões de reais em setembro de 2006 contra 329,9 bilhões de reais do ativo total, conforme dados do MPAS/SPC (2006). Os fundos de pensão recebem dos participantes do plano e das patrocinadoras, as contribuições devidas, estas são geridas pelos fundos com o intuito de trazer rentabilidade e segurança ao dinheiro do empregado, que no futuro irá resgatar esse dinheiro na forma de aposentadoria.

Os investimentos realizados pelas entidades fechadas de previdência privada (EFPC) se concentram no mercado financeiro em geral, principalmente, o mercado de renda fixa e renda variável. Segundo MPAS/SPC (2006), os investimentos em renda fixa representam 62,58 % do ativo de investimentos das EFPC e os investimentos em renda variável 31,41%.

Além dos investimentos no mercado financeiro nacional, as EFPC começam a participar diretamente da economia do país. Por exemplo, atuando como parceiras no desenvolvimento e reconstrução da infra-estrutura do país. Segundo o periódico Fundos de Pensão (FUNDOS..., 2006), o Governo Federal, como forma de solucionar o problema de financiamento da reforma da infra-estrutura brasileira, lançou em 2005 o InfraBrasil, um fundo de investimento e participações (FIP), com parceria dos Fundos de Pensão, contando com aportes da Valia, da Petros, da Previ e da Funcef. Essas fundações participam do comitê gestor do InfraBrasil.

Esses dados tornam-se ainda mais relevante ao se constatar o crescente aumento da participação dos ativos dos fundos de pensão no Produto Interno Brasileiro (PIB), conforme ABRAPP (2006), que em novembro de 2006 alcançou a marca de aproximadamente 18 % do PIB brasileiro, ou seja, a influência dos fundos de pensão na dinâmica econômica nacional é maciça e tende a aumentar nos próximos anos. Segundo Botelho (2003 apud PEREIRA, MIRANDA E SILVA, 1997, p. 7) os fundos de pensão “possuem a grande vocação de participar do desenvolvimento das economias”, principalmente pela sua característica de longo prazo somada aos grandes vultos de divisas envolvidos, evidenciando sua predisposição na formação da poupança interna de um país.

Esse peso que os fundos de pensão atingiram na economia brasileira vem tornando necessária uma preocupação mais rígida quanto aos aspectos de transparência das informações desses fundos. Essa preocupação com a transparência das informações relativas aos planos de aposentadoria e pensão não é um caso apenas brasileiro, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), revisou em 2003 seu pronunciamento, o *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) nº. 132 - *Employers' Disclosures about Pensions and Other Postretirement Benefits*, tornando mais rígidas as regras sobre evidenciação das informações atuariais.

No caso brasileiro, Botelho (2003 p. 26) afirma que “mudanças ocorreram na legislação previdenciária brasileira e um maior grau de transparência está sendo exigido das informações atuariais”. Em dezembro de 2000, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), sobre a contabilização de benefícios a empregados, por meio da Deliberação nº. 371/00, tornando obrigatório para todas as companhias abertas o pronunciamento do IBRACON.

Esta Deliberação da CVM trouxe regras sobre a contabilização do passivo atuarial, baseada nas normas internacionais. E por meio destas regras introduziu-se um novo conjunto de variáveis nas Demonstrações Contábeis das empresas patrocinadoras.

Assim, diante do exposto acima, o problema de pesquisa proposto congrega-se na seguinte questão: quais são as variáveis que influenciam a variação do passivo/ativo atuarial nas Entidades Brasileiras Patrocinadoras de Planos de Benefícios de Aposentadoria e Pensão?

Desse modo, esse estudo tem como objetivo analisar as variáveis, presentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício que influenciam a variação do passivo/ativo atuarial nas Entidades Brasileiras Patrocinadoras de Planos de Benefícios de Aposentadoria e Pensão, no período de 2001 a 2006.

O trabalho está dividido em quatro partes, sendo que na primeira, são enfocados aspectos da Deliberação CVM nº. 371/00. Em seguida, descrevem-se a metodologia para

coleta e análise das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras patrocinadoras de fundos de pensão selecionadas na amostra. E finalmente, na última parte, apresentam-se as considerações finais sobre o estudo realizado.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 Deliberação nº. 371/00 da CVM

A aplicação da Deliberação nº. 371/00 da CVM tornou-se obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2002, sendo que a divulgação das informações previstas para a demonstração do resultado e do balanço patrimonial deveriam ser apresentadas no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2001.

Como forma de atenuar o impacto da nova Deliberação nas demonstrações das patrocinadoras, a Deliberação nº. 371/00 da CVM permitiu que os ajustes no passivo atuarial, em decorrência da adoção deste pronunciamento, pudessem ser reconhecidos no resultado pelo período de cinco anos ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados, no caso destes serem menores. O reconhecimento no resultado deveria ser apresentado como um item extraordinário, reduzido dos tributos.

Pode-se dizer, que de maneira geral, a Deliberação nº. 371/00 da CVM determina que a contabilização dos benefícios a empregados deva ser feita com a contabilização de um passivo no momento em que o empregado presta o serviço e por este tenha direito ao pagamento do benefício futuro, e a contabilização de uma despesa no momento em que a empresa se beneficia do serviço prestado pelo empregado.

2.1.1 Variáveis do passivo atuarial

Para se poder fazer um estudo das variáveis presentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício que influenciam a variação do passivo atuarial nas Entidades Brasileiras Patrocinadoras de Planos de Benefícios de Aposentadoria e Pensão (EBPPA), é necessário entender como é formado o passivo atuarial nas entidades patrocinadoras.

O passivo atuarial é a provisão formada pela entidade patrocinadora, na previsão de um dispêndio futuro, com relação ao pagamento de aposentadoria e pensão aos seus empregados. A forma como o passivo atuarial irá ser reconhecido, mensurado e evidenciado depende do tipo de plano de aposentadoria que a EFPC adota.

Nos planos de contribuição definida, devido a sua própria natureza, a contabilização dos custos deste é determinada pelos valores das contribuições, não sendo necessário nenhum cálculo atuarial e desconto a valor presente na mensuração da obrigação, com exceção das contribuições que superem o período de doze meses.

Segundo a Deliberação nº. 371/00, a contabilização do plano de contribuição definida deve se dar da seguinte maneira; no passivo, como uma provisão contra as despesas futuras de contribuições, sendo esta provisão diminuída das contribuições já pagas; e no resultado, como despesa referente às contribuições dos funcionários. Caso os valores pagos excederem o valor provisionado, o valor encontrado deve ser contabilizado como uma despesa antecipada, integrante do ativo.

Já os planos de benefícios definidos englobam um grau de complexidade maior em sua contabilização, segundo a Deliberação nº. 371/00 da CVM, devido às premissas atuariais envolvidas, a possibilidade de ganhos e perdas atuariais, e, o fato das obrigações serem calculadas a valor presente.

Devido a essas peculiaridades, o plano de benefícios definidos é tratado detalhadamente pela Deliberação nº. 371/00 da CVM, trazendo regras distintas tanto para mensuração e reconhecimento das obrigações e despesas atuariais como a forma de apresentação e divulgação destas na demonstração do resultado do exercício (DRE) e no balanço patrimonial (BP).

Na demonstração do resultado, a Deliberação nº. 371/00 da CVM exigiu que fosse reconhecido o valor líquido dos seguintes itens: o custo do serviço corrente, o custo dos juros, o rendimento esperado dos ativos do plano, ganhos ou perdas atuariais, custos dos serviços passados, e o efeito de redução ou liquidação no plano.

No balanço patrimonial da patrocinadora deve ser apresentada, segundo a Deliberação 371/00 da CVM, a provisão atuarial da entidade patrocinadora, para o plano de benefícios definidos. A Deliberação nº. 371/00 da CVM demonstra o cálculo que deve ser utilizado na determinação do passivo atuarial, este cálculo pode ser sintetizado na seguinte fórmula:

$$VJA - VP (+/-) GA + CP = PA$$

O VJA representa o valor justo dos ativos do plano na data do balanço; o VP é o valor presente da obrigação atuarial na data do balanço; GA são as perdas ou os ganhos atuariais ainda não reconhecidos; e o CP representa os custos dos serviços passados ainda não reconhecidos.

O cálculo determinado pela CVM, conforme apresentado, irá produzir um passivo atuarial líquido representado pela abreviatura PA, que deverá ser reconhecido pela patrocinadora. Cabe ressaltar que as variáveis GA e CP do cálculo do passivo atuarial constituem valores diferidos, de acordo com regras previstas pela Deliberação nº. 371/00 da CVM.

No Quadro 1, pode-se observar quais as variáveis integram o cálculo do passivo atuarial líquido, devendo constar no Balanço Patrimonial da entidade patrocinadora, em um plano de benefícios definidos.

Balanço Patrimonial	Efeito
<i>Valor presente da obrigação</i>	Positivo
<i>Valor justo dos ativos</i>	Negativo
<i>Ganhos atuarias não reconhecidas</i>	Positivo
<i>Perdas atuarias não reconhecidas</i>	Negativo
<i>Custo dos Serviços Passados</i>	Negativo
<i>Passivo atuarial líquido</i>	Resultado

Quadro 1 – Plano de benefício definido, cálculo da obrigação atuarial
 FONTE: Deliberação nº. 371/00, CVM (2007)

No Quadro 1, constata-se qual o efeito, que cada uma das variáveis que compõe o passivo atuarial ocasiona no passivo da empresa patrocinadora, assim, um efeito positivo indica aumento do passivo exigível das entidades patrocinadora e um efeito negativo indica diminuição do passivo exigível.

É importante lembrar que tanto o valor presente da obrigação quanto o valor justo dos ativos são resultado de cálculos que envolvem outras variáveis, que dependendo do caso serão relevantes para entender-se o resultado encontrado, quando da análise prática deste trabalho.

No Quadro 2 estão as variáveis que irão influenciar o resultado do período, integrando o custo líquido da obrigação atuarial no período, que deve constar da Demonstração do Resultado do Exercício, em um plano de benefícios definidos.

No Quadro 2, constata-se qual o efeito que cada uma das variáveis que compõe o custo líquido do exercício ocasiona no resultado do período da entidade patrocinadora, assim, um efeito positivo indica aumento da despesa do exercício das entidades patrocinadora e um efeito negativo indica diminuição da despesa do exercício.

Demonstração do Resultado do Exercício	Efeito
<i>Custo do serviço corrente</i>	Positivo
<i>Custo dos juros</i>	Positivo
<i>Rendimento esperado dos ativos do plano</i>	Negativo
<i>Ganhos atuarias/ Perdas atuarias</i>	Positivo / Negativo
<i>Custo dos Serviços Passados</i>	
<i>Efeito de redução ou liquidação no plano</i>	Positivo / Negativo
<i>Custo líquido no exercício</i>	Resultado

Quadro 2 – Plano de benefício definido, cálculo da despesa

FONTE: Deliberação nº. 371/00, CVM (2007)

3 METODOLOGIA

Em um primeiro momento, este estudo se propõe a entender a parte teórica e estrutural, que envolve as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as entidades Patrocinadoras e seus passivos atuariais, apresentando dados e informações provenientes de livros, órgãos oficiais, revistas e jornais especializados.

Em um segundo momento, identificar e entender quais são as variáveis que podem estar determinando as variações do passivo atuarial nas entidades patrocinadoras, analisando a Deliberação nº. 371 da CVM e os itens que compõem a contabilização do exigível atuarial. E verificar nesta Deliberação como é feito o cálculo do passivo atuarial.

Neste estudo, dentre as 332 (trezentas e trinta e duas) entidades de fundos de pensão, foram selecionadas as demonstrações contábeis das entidades patrocinadoras referentes às 25 (vinte cinco) maiores, dentre as EFPC patrocinadas por companhias de capital aberto, conforme dados da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) (2006), e Ministério da Previdência Social (MPAS).

Foram selecionadas 25 empresas, representando 66% do ativo total de investimentos das 332 entidades existentes em março de 2007. Na seleção realizada foi considerado o montante do ativo de investimento para determinar as 25 maiores EFPC, e conseqüentemente, as maiores entidades patrocinador de fundos de pensão que patrocinam essas EFPC. A amostra selecionada está apresentada no Quadro 3, elaborado segundo ranking divulgado pela MPAS (2006).

As 25 EFPC selecionadas reúnem um ativo de investimento total de 240,29 bilhões de reais, dividido em 12 entidades privadas, 7 entidades públicas estaduais e 6 entidades públicas federais. Com ativos respectivos de 63,18 bilhões, 23,09 bilhões e 154,02 bilhões de reais, ou seja, as entidades públicas federais detêm 64% do ativo total da amostra selecionada contra 10% das entidades públicas estaduais e 26% das entidades privadas.

Com a seleção realizada, o próximo passo desta pesquisa foi fazer uma coleta das demonstrações contábeis das companhias abertas brasileiras patrocinadoras de fundos de pensão selecionadas na amostra, por meio de pesquisas junto à Associação Brasileira das

Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP) e à Comissão de Valores Mobiliário (CVM), pelos sites, na internet, ou em publicações em jornais.

	EFCP	Patrocinadora	Tipo de Patrocínio	Ativo de Investimento
1°	PREVI	BANCO DO BRASIL	Pública Federal	108,08
2°	PETROS	PETROBRÁS	Pública Federal	34,75
3°	FUND.CESP	CIA. ENERGÉTICA DE SÃO PAULO	Privada	16,81
4°	SISTEL	BRASIL TELECOM	Privada	9,21
5°	VALIA	CIA. VALE DO RIO DOCE	Privada	8,61
6°	BANESPREV	BANCO BANESPA	Privada	8,17
7°	FORLUZ	CEMIG	Pública Estadual	7,27
8°	FAPES	BNDESPAR	Pública Federal	4,87
9°	FUND.COPEL	COPEL	Pública Estadual	4,49
10°	CXUSIMINAS	USINAS SID. DE MINAS GERAIS	Privada	4,23
11°	TELOS	EMBRATEL	Privada	3,28
12°	ELETROCEEE	AES SUL	Pública Estadual	3,26
13°	FACHESF	CHESF	Pública Federal	3,15
14°	ECONOMUS	BANCO NOSSA CAIXA	Pública Estadual	2,89
15°	FATLÂNTICO	TELEMAR	Privada	2,86
16°	VISÃO.PREV	TELEFÔNICA	Privada	2,83
17°	CBS	CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL	Privada	2,67
18°	BANRISUL	BANRISUL	Pública Estadual	2,04
19°	BRASLIGHT	LIGHT S.E.	Privada	1,88
20°	CAPEF	BANCO DO NORDESTE	Pública Federal	1,77
21°	CELOS	CELESC	Pública Estadual	1,72
22°	PRECE	CEDAE	Pública Estadual	1,42
23°	FUSESC	BESC	Pública Federal	1,39
24°	ELOS	TRACTEBEL ENERGIA	Privada	1,38
25°	ATTILIO.FONTANA	SÁDIA	Privada	1,24
			TOTAL	240,29

Quadro 3 – Relação da amostra selecionada dos 25 maiores ativos de investimentos das EFPC, em Bilhões de Reais, em março de 2007

FONTE: MPAS/SPC (2007)

No quarto passo, coube trabalhar os dados, identificando e analisando as variáveis encontradas, presentes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado do Exercício, que influenciaram a variação do passivo/ativo atuarial nas Entidades Brasileiras Patrocinadoras de Planos de Benefícios de Aposentadoria e Pensão.

Neste quarto momento, verificou-se a representatividade de cada variável no cálculo do passivo atuarial, de acordo com o estabelecido pela Deliberação nº. 371/00 da CVM, demonstrando também a evolução dessas variáveis ao longo do período pesquisado.

Para demonstrar essas informações foram feitas quatro tipo de análise dos dados: a) análise horizontal, para verificar o crescimento das variáveis atuariais no BP e na DRE nas entidades patrocinadora, no período de 2001 a 2006; b) análise vertical das variáveis, para verificar a relevância das variáveis em vista do passivo total e da despesa total; c) de acordo com os resultados encontrados, analisar os resultados encontrados na primeira análise em confronto com os dados obtidos na segunda análise; determinar as mais relevantes; e d) verificar os possíveis itens e fatos que foram responsáveis pelos resultados encontrados.

Por último, fizeram-se as considerações finais sobre o estudo realizado, analisando como esse estudo pode trazer contribuições futuras de como se comporta o exigível atuarial, e o alcance desse estudo para um melhor gerenciamento e fiscalização das informações atuariais.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

Na primeira etapa é a apresentada a análise horizontal realizada, verificando qual foi o crescimento no período estudado das variáveis constantes das demonstrações contábeis das entidades patrocinadora, no período de 2001 a 2006. Em um segundo momento, este item observa a análise vertical das variáveis, para determinar a sua relevância em vista do passivo total e da despesa total, assimilando estas informações com as encontradas na análise horizontal.

Para realizar essas etapas do estudo foram consultados o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e as notas explicativas de cada período, desde 2001 até 2006, das 25 empresas selecionadas na amostra. Dessa forma, esta pesquisa envolveu a consulta de mais de 150 demonstrações contábeis. As informações foram retiradas das demonstrações contábeis consolidadas quando existentes.

Durante a coleta das variáveis também foram verificadas características das entidades selecionadas na amostra. Na Tabela 1, pode-se observar o número de entidades patrocinadoras conforme o tipo de plano de benefícios.

Tabela 1 – Número de entidades patrocinadoras conforme o tipo de plano de benefícios

Tipo de Plano	Nº.
Benefício Definido	6
Benefício Definido e Contribuição Definida	9
Benefício Definido e Misto	7
Contribuição Definida	1
Misto	1
Total	24

Como se pode verificar, na Tabela 1, uma das empresas ficou fora da classificação por tipo de plano, o fato deve-se a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) não haver divulgado qual o tipo de plano em que seus funcionários estão inseridos.

Da amostra de 25 empresas, 6 possuem exclusivamente plano de benefício definido, 9 possuem tanto planos de benefício definido como de contribuição definida, 7 possuem planos de benefício definido e misto, 1 possui exclusivamente o tipo de contribuição definida e 1 exclusivamente o tipo misto. Assim, nota-se que alguns desses fundos de pensão disponibilizam mais de um tipo de plano de aposentadoria. Cada tipo de plano exige um tratamento diferente das informações contábeis, sendo que o misto deverá ser tratado como um plano de benefícios definidos.

Outra característica visualizada nesta pesquisa foi a utilização de planos multipatrocinados, por entidades que não tenham um mesmo controle acionário e solidárias pelos riscos dos planos disponibilizados por este fundo de pensão. Na Tabela 2, pode-se observar a participação das empresas selecionadas em fundos multipatrocinados. Da amostra de 25 empresas patrocinadoras, 4 (16 %), participam desses fundos, contra a maioria de 21 empresas, ou seja 87%, que não participam desta modalidade de fundo.

Tabela 2 – Número de entidades patrocinadoras que participam ou não de fundos de pensão multipatrocinados

Fundos Multipatrocinados	Nº.
Participa	4
Não Participa	21

Total	25
--------------	-----------

FONTE: MPAS/SPC (2007).

Ocorre que a utilização de fundos multipatrocinados é vantajosa para entidades que não tem estrutura para manter um fundo apenas para seus empregados, já que a adesão a um fundo multipatrocinado diminui os custos. Contudo, esses fundos se caracterizam pela responsabilidade solidária das entidades patrocinadoras pertencentes a um fundo, constituindo isso um fator negativo à sua adesão.

4.1 Variáveis do passivo atuarial

Nas demonstrações contábeis das empresas patrocinadoras foi verificado se as variáveis constantes da Deliberação nº. 371/00 da CVM haviam sido reconhecidas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício, e evidenciadas nas notas explicativas.

Constatou-se que na amostra, as empresas selecionadas que não reconheceram seus passivos atuariais no balanço patrimonial, agiram dessa forma em vista da regra constante da Deliberação nº. 371/00 da CVM, na alínea f, do item 49, em que só se deve contabilizar um ativo atuarial caso haja condições claras da realização deste em favor da patrocinadora.

No intuito de analisar só variáveis que influenciaram nas demonstrações contábeis, não foram realizadas as análises horizontais e verticais deste estudo para entidades que não tenham reconhecido seus passivos atuarias.

O valor justo do ativo do fundo, o valor presente das obrigações da patrocinadora e seu custo líquido com os benefícios a empregados são formados por outras variáveis, contudo, constata-se que nem todas as empresas fazem à divulgação pormenorizada dessas variáveis, preferindo apresentar apenas valores globais. Mesmo que todas as empresas da amostra não tenham evidenciado os valores que compõe essas variáveis, das entidades que apresentaram os valores analiticamente, pôde-se constatar as seguintes composições:

a) Valor justo do ativo e valor presente da obrigação

Nas Tabelas 3 e 4, pode-se observar como se dá a composição do cálculo do valor justo do ativo e do valor presente da obrigação, respectivamente. As variáveis apresentadas foram as que mais apareceram nas notas explicativas e que guardavam maior correlação com as variáveis disciplinadas na Deliberação nº. 371/00 da CVM.

Na Tabela 3 é apresentado a composição do valor justo do ativo do plano, percentualmente, conforme o estudo realizado neste trabalho. É possível constatar que na análise realizada as variáveis significantes no cálculo do valor justo do ativo foram o rendimento esperado dos ativos do plano, as contribuições recebidas e os benefícios pagos no exercício.

Tabela 3 – Composição percentual do valor justo do ativo do plano

Valor justo dos ativos	2001-2006
<i>Rendimento esperado dos ativos</i>	146%
<i>Contribuições recebidas</i>	43%
<i>Benefícios pagos no exercício</i>	-85%
<i>Ganho sobre o ativo</i>	4%
<i>Perda sobre o ativo</i>	0%
<i>outras</i>	-8%
Total	100%

Na Tabela 4 é apresentado a composição do valor presente da obrigação atuarial da entidade patrocinadora, percentualmente, conforme o estudo realizado neste trabalho. O valor presente da obrigação é determinado basicamente pelas quatro primeiras variáveis; custo do serviço corrente, custo dos juros, benefícios pagos e perda sobre a obrigação. Os benefícios pagos vão compor tanto o valor justo do ativo como também o valor presente da obrigação, sendo significativa em seus cálculos nas duas variáveis.

Tabela 4 - Composição percentual do valor presente da obrigação da entidade patrocinadora

Valor presente da obrigação	2001-2006
<i>Custo do serviço corrente</i>	33%
<i>Custo dos juros</i>	93%
<i>Benefícios pagos</i>	-62%
<i>Perda sobre a obrigação</i>	35%
<i>Ganho sobre a obrigação</i>	-9%
<i>outras</i>	9%
Total	100%

b) *Custo líquido do exercício*

Na Tabela 5, é apresentado a composição do custo líquido do exercício, percentualmente, conforme o estudo realizado neste trabalho. As variáveis apresentadas foram as que mais apareceram nas notas explicativas e que guardavam maior correlação com as variáveis disciplinadas na Deliberação nº. 371/00 da CVM.

Tabela 5 – Composição percentual do custo líquido do exercício

Custo líquido no exercício	2001-2006
<i>Custo do serviço corrente</i>	21%
<i>Custo dos juros</i>	335%
<i>Rendimento estimado dos ativos do plano</i>	-255%
<i>Ganhos atuarias</i>	-17%
<i>Perdas atuarias</i>	8%
<i>Contribuições de participantes</i>	4%
<i>Outras</i>	4%
Total	100%

Na Tabela 7, é possível constatar que o custo dos juros e o rendimento estimado dos ativos do plano são as variáveis determinantes no valor que será calculado para o custo líquido do exercício. Para determinação das porcentagens, verificou-se a participação percentual das variáveis que compõe o custo líquido no seu cálculo. No caso do valor justo do ativo e do valor presente da obrigação, a porcentagem foi considerada sobre o valor da variação ocorrida no mês, ou seja, saldo final menos o saldo inicial, a diferença representando os 100% e as variáveis que ocasionaram a variação compoendo esses 100%.

As porcentagens encontradas foram somadas e divididas pelo número de empresas que divulgaram esses valores, determinando-se assim a porcentagem média com que essas variáveis participam da composição do valor justo do ativo, do valor presente da obrigação e do custo líquido do exercício. Na determinação da composição das variáveis, todas as demonstrações foram consideradas, mesmo as não que não tiveram seu passivo atuarial reconhecido no balanço patrimonial. Pois, o intuito da análise não era apresentar a porcentagem de dados reconhecidos em si, que teriam afetado as demonstrações, mas sim demonstrar quais são as variáveis que mais afetam o cálculo das outras variáveis que são mais

evidenciadas pelas empresas, para se poder determinar mais analiticamente quais são as variáveis que afetam as demonstrações.

4.1.1 Análise horizontal

Nesta parte da pesquisa foi verificada a evolução percentual das variáveis atuariais dos fundos de pensão período a período, para se determinar qual vem sendo a tendência apresentada por estas variáveis no período de 2001 a 2006. Cabe ressaltar que, o estudo nesta parte se deteve somente às variáveis que foram reconhecidas e evidenciadas nas demonstrações contábeis estudadas.

Na Tabela 6 está resumido qual foi a média das variações apresentadas, sendo que VPO significa valor presente da obrigação, VJA é o valor justo dos ativos, PAL é o passivo atuarial líquido e o CL é o custo líquido do exercício.

Tabela 6 – Evolução percentual das variáveis atuarias, nos períodos de 2001 a 2006, e número de patrocinadoras que reconheceram e evidenciaram essas variáveis em suas demonstrações

	VPO	Nº.	VEJA	Nº.	PAL	Nº.	CL	Nº.
2001-2002	19,78%	17	16,36%	17	-3,23%	18	11,70%	4
2002-2003	15,08%	16	24,72%	16	19,13%	17	164,37%	12
2003-2004	13,01%	16	19,42%	16	8,76%	17	43,21%	12
2004-2005	8,13%	17	12,28%	17	-0,78%	18	141,23%	15
2005-2006	11,04%	16	19,19%	16	-12,93%	17	25,12%	14
Média	13,41%	16	18,39%	16	2,19%	17	77,13%	11

Na Tabela 6, é possível observar que as variáveis VPO e VJA tiveram um crescimento médio positivo durante o período analisado, respectivamente de 13,41% e 18,39 %, contra 2,19 % de crescimento médio do PAL. Esse dado pode ser explicado pelo fato de o crescimento médio do valor justo do ativo ser maior que o crescimento médio do valor presente da obrigação. Dessa forma, como o passivo atuarial líquido é cálculo pelo valor presente da obrigação menos o valor justo do ativo, logo, a tendência é que o passivo atuarial tenha crescimentos menores, ou apresente decréscimo, como nos períodos de 2001-2002, 2004-2005 e 2005-2006.

Assim, pela análise realizada a tendência é que no cálculo realizado seja auferido um ativo atuarial líquido em períodos futuros, na maioria das patrocinadoras pesquisadas, ao invés de um passivo, que conforme vem sendo a prática verificada das empresas selecionadas, não será reconhecido, em vista do item 49, alínea f, da Deliberação nº. 371/00 da CVM.

Quanto ao número de entidades da amostra selecionada que evidenciaram e reconheceram estas variáveis em suas demonstrações pode-se constatar que as variáveis mais constantes das demonstrações contábeis foram o VPO, VJA e o PAL, que foram em média apresentadas respectivamente em 16,16 e 17 das patrocinadoras pesquisadas, sendo que em média apenas 11 das patrocinadoras da amostra evidenciarão o custo líquido do exercício, ou seja, menos que 50%.

A maioria das empresas pesquisadas não discriminou integralmente a formação do custo líquido do exercício, apresentando apenas algumas variáveis, que por exemplo, compõe tanto o custo líquido do exercício como o cálculo do valor presente ou o cálculo do valor justo do ativo.

Em vista disso, quando ocorreram esses casos, em que o custo líquido do exercício não era evidenciado separadamente, foi considerado como se não houvesse sido divulgada

nenhuma informação a respeito do custo líquido do exercício, com intuito de não trazer conclusões erradas ou imprecisas para este estudo.

O gráfico 1 apresenta o crescimento de cada uma destas variáveis em comparação com as demais; as variáveis VPO, VJA e PAL seguiram quase a mesma faixa de variação, entre 0 e 20%, já o custo líquido do exercício variou diferentemente, principalmente nos períodos de 2002-2003 e 2004-2005. No período de 2002-2003, essa variação acima do normal se deu principalmente pelo Banco do Nordeste, que teve um reconhecimento de CL de 36.915 milhões de reais em 2002, que em 2003 atingiu o valor de CL de 453.941 de milhões reais, ou seja, um crescimento de 1129,69%, ocasionado pelo reconhecimento de um custo do serviço passado de 307.960 milhões de reais no ano de 2003. Já no período 2004-2005, essa variação foi ocasionada pela Aes Sul, que registrou em 2004 um CL de 164 milhares de reais, contra 3.161 milhões de reais registrado em 2005, com o reconhecimento 2.775 milhões de reais de rendimentos esperados do ativo do plano a mais do que em 2004.

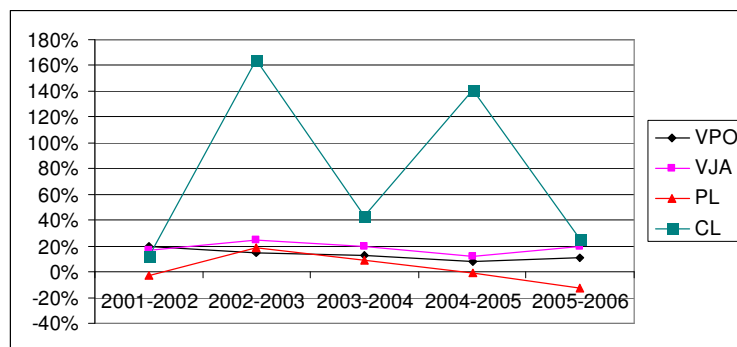


Gráfico 1 – Evolução percentual das variáveis atuárias nos períodos de 2001 a 2006

No Gráfico 1, pode-se visualizar que o valor justo dos ativos e o valor presente das obrigações variaram quase que conjuntamente entre 2001 e 2006, com um leve crescimento superior do valor justo do ativo. E as variáveis VPO, VJA e PAL apresentaram um crescimento constante no período pesquisado, sendo que o passivo atuarial líquido se altera um pouco da curva de variação do valor justo do ativo e do valor presente da obrigação, demonstrando haver outras variáveis que influenciam o passivo atuarial líquido reconhecido. Na Tabela 7, estão as variáveis que compuseram o passivo atuarial líquido na amostra.

Tabela 7 – Composição percentual do passivo atuarial líquido

Passivo atuarial líquido	2001-2006
<i>Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos</i>	177%
<i>Ganhos atuarias não reconhecidas</i>	-43%
<i>Perdas atuarias não reconhecidas</i>	-39%
<i>Outras</i>	5%
Total	100%

Como se observou no Gráfico 1, a maior parte do passivo atuarial líquido é formado pela diferença entre o valor presente da obrigação e o valor justo do ativo do plano, ou seja, o valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos, que conforme a Tabela 7, representa 177% do passivo atuarial líquido, contra as demais variáveis que não chegam a 77%, mas que ocasionaram a leve variação que pôde ser observada nos períodos de 2001-2002 e 2005-2006.

4.1.2 Análise vertical

Os resultados encontrados na análise horizontal devem ser analisados conjuntamente com a participação destas variáveis com outras variáveis das demonstrações das patrocinadoras. Na análise do passivo atuarial líquido foi determinada a participação do passivo atuarial líquido em relação ao passivo exigível total e a participação do custo líquido do exercício em relação à despesa (receita) operacional total. Essa participação pode ser vista na Tabela 8, onde se apurou uma participação média de 4,45% do passivo atuarial líquido no passivo exigível total, e, 8,16% a porcentagem média da participação do custo líquido do exercício nas despesas (receitas) operacionais.

Tabela 8 – Participação do passivo atuarial líquido em relação ao passivo exigível total e a participação do custo líquido do exercício em relação à despesa (receita) operacional total.

	% Passivo Exigível Total	% Despesa/Receita Operacional
2001	4,15%	1,85%
2002	4,16%	2,67%
2003	5,04%	14,66%
2004	4,36%	12,50%
2005	4,33%	9,52%
2006	4,68%	7,76%
Média Total	4,45%	8,16%

Constata-se na Tabela 8 que, a porcentagem da participação do passivo atuarial líquido durante o período pesquisado se manteve normalmente na média total, havendo pouco desvio da média para as porcentagens encontradas em cada período. Quanto a participação do custo líquido na despesa (receita) operacional, desconsiderando as médias de 2001 e 2002, as médias se mantiveram dentro de um nível tolerável de desvio da média total.

A porcentagem da participação do passivo atuarial no passivo exigível se manteve na faixa dos 4% no período de 2001 a 2006, que leva a concluir que o passivo exigível vem crescendo na mesma proporção que o passivo atuarial líquido, já que de acordo com a Tabela 6, verificou-se que o passivo atuarial líquido e suas variáveis vêm crescendo constantemente no período analisado.

Para analisar a participação do custo líquido, foi utilizado o somatório das despesas e receitas operacionais, assim, a porcentagem apresentada se refere à porcentagem sobre as receitas e despesas operacionais. No caso das instituições financeiras foi utilizada a rubrica outras despesas operacionais por guardar maior semelhança com as despesa e receitas operacionais das outras formas de empresas. Esse item da DRE é composto por todas as despesas e receitas que contribuem na atividade operacional da empresa, como atividades meio para consecução da atividade fim da empresa, tais como despesas administrativas, de pessoal e outras.

Nesta parte do estudo ainda foi verificado qual é o prazo das obrigações atuariais. No Gráfico 2, o passivo atuarial está dividido em curto e longo prazo.

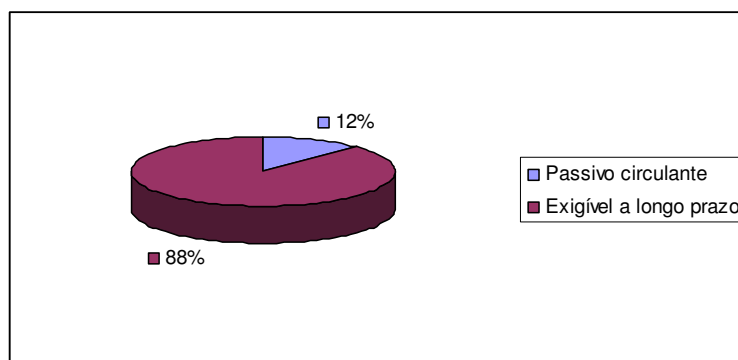


Gráfico 2 – Perfil das obrigações atuariais quanto ao prazo de exigibilidade.

Conforme o Gráfico 2, a maior parcela do passivo atuarial está registrada no longo prazo, ou seja, as obrigações das entidades patrocinadoras são obrigações exigíveis para mais de 12 meses.

4.1.3 Passivo atuarial

Na análise horizontal e vertical deste estudo, determinou-se que o passivo atuarial é basicamente formado pela diferença entre o valor justo do ativo e o valor presente da obrigação. E o custo líquido gira também em torno dessas duas variáveis, já que em sua composição verificou-se que as variáveis determinantes para o valor contabilizado como custo líquido são o custo dos juros e o rendimento estimado dos ativos do plano, que representam variáveis do valor presente da obrigação e do valor justo do ativo, respectivamente.

O valor justo do ativo neste período estudado teve um crescimento superior ao valor presente da obrigação. Esse crescimento maior do valor justo do ativo pode ser visto como normal, já que, a obrigação atuarial se constitui no momento em que o empregado realiza o serviço, e as contribuições são encaminhadas aos fundos de pensão.

Essas contribuições vão se acumulando até o momento em que o empregado tenha direito a receber os benefícios, assim no momento em que o valor justo do ativo começa a se aproximar ou sobrepor o valor presente da obrigação, significa dizer que, o fundo atingiu sua maturidade e que os ativos do fundo são capazes de liquidar as obrigações da entidade patrocinadora.

O momento anterior em que o valor presente da obrigação é superior ao valor justo dos ativos, significa dizer que, o fundo de pensão ainda está em formação ou que este não é confiável, pois, caso a obrigação não diminua a medida que os empregados vão se tornando elegíveis, pode ter havido problemas no gerenciamento dos ativos do plano e que possivelmente estes não serão suficientes para saldar as obrigações com aposentadorias e pensões.

Esta é na realidade a função do passivo atuarial, que obriga a entidade patrocinadora a provisionar o valor da obrigação que seja superior ao valor justo do ativo, pois caso o fundo não tenha ativos suficientes, a patrocinadora, na figura de responsável, é obrigada a arcar com essas dívidas quando o fundo não for capaz.

Cabe ressaltar ao final dessas análises, que o fato de o valor justo do ativo acompanhar o valor presente da obrigação, pode estar ligado ao fato de as entidades patrocinadoras estarem realizando um gerenciamento dessas informações, por meio dos rendimentos esperado para os ativos do plano, já que essa variável é formada por expectativas e índices, determinados pela própria empresa.

Assim, essas entidades poderiam estar utilizando a variável rendimento esperado dos ativos do plano, para que o valor justo do ativo acompanhasse o crescimento do valor presente da obrigação e até mesmo ultrapassando-o. Esta é a variável mais representativa, com 146%, no cálculo do ativo a valor justo. Esta possibilidade deve ser analisada, levando-se em conta os índices e os critérios de mensuração adotados para calcular o valor justo dos ativos do plano nas entidades patrocinadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fundos de pensão vêm crescendo nos últimos anos e ocupando um lugar entre os principais agentes da economia nacional. Esse aumento na importância dos fundos de pensão vem acompanhado de um constante aperfeiçoamento das regras e dispositivos que regulam o setor de previdência privada brasileiro.

Essa preocupação quanto à regulamentação e fiscalização das EFPC vem se estendendo para as entidades patrocinadoras, já que toda essa estrutura dos fundos de pensão advém das contribuições recebidas das entidades patrocinadoras e seus empregados.

Nesta concepção, foi aprovado em 2000 o pronunciamento nº. 26 do IBRACON, pela CVM, quanto normas relativas à evidenciação, reconhecimento e mensuração dos benefícios concedidos a empregados, por meio da Deliberação nº. 371/00. Esta Deliberação da CVM trouxe regras sobre a contabilização do passivo atuarial, baseada nas normas internacionais. E por meio destas regras, introduziu-se um novo conjunto de variáveis nas demonstrações contábeis das empresas patrocinadoras.

As pesquisas acadêmicas mais recentes, segundo Chagas (2006), se concentraram em verificar a harmonização com essas normas ou verificar a compatibilidade entre as normas destinadas às entidades patrocinadoras e aquelas voltadas para os fundos de pensão.

Este estudo tentou trazer contribuições futuras de como se comporta o exigível atuarial, que deverá ser importante no gerenciamento e fiscalização das informações dos planos de benefícios. Na idéia de que para haver controle, precisa-se possuir um padrão de comportamento para que se possa comparar o que aconteceu com o que deveria ter acontecido. Somente após estabelecer o padrão, pode-se avaliar o desempenho daquilo que foi realizado.

Os resultados da pesquisa podem ser sumarizados abaixo:

- a) o valor presente da obrigação, o valor justo do ativo, o passivo atuarial líquido e o custo líquido do exercício vêm apresentando crescimentos constantes;
- b) O crescimento médio do valor justo do ativo foi superior ao do valor presente da obrigação, a tendência é que haja para os próximos anos diminuição constante do passivo atuarial líquido até o momento em que a maioria das empresas passe a registrar um ativo atuarial líquido;
- c) A participação do passivo atuarial líquido no passivo exigível total foi de 4,45%, sendo que houve pouco desvio dessa participação na média por período, a tendência é que essa participação se mantenha na faixa dos 4% nos próximos anos;
- d) A maior parcela do passivo atuarial está registrada no longo prazo, ou seja, as obrigações das entidades patrocinadoras são obrigações exigíveis para mais de 12 meses;
- e) O custo líquido do exercício apresentou uma porcentagem média de participação de 8,16% nas despesas (receitas) operacionais, e foi pouco evidenciado pelas patrocinadoras.

Nenhum desses dados pode ser analisado como verdade absoluta, já que todas as considerações e conclusões feitas são baseadas apenas na pesquisa realizada e na amostra selecionada.

No estudo constatou-se que as empresas da amostra pesquisada tiveram a preocupação de evidenciar as informações atuariais, contudo, resta pouca uniformidade entre as informações de empresa para empresa, apesar de a deliberação nº. 371/00 da CVM ser detalhista e apresentar diversos exemplos. Em alguns casos faltou maior clareza das informações, e em outras as variáveis apareceram só em seus valores globais, deixando de lado informações importantes.

Um ponto que poderia ser abordado em pesquisas futuras é quanto à decisão das empresas patrocinadora de não reconhecerem um ativo atuarial líquido no balanço patrimonial quando no cálculo da obrigação atuarial se calcula um ativo, verificando se as entidades realmente estão seguindo a regra da CVM ou estão adotando apenas à medida que seja mais conveniente para elas.

REFERÊNCIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. Consolidado estatístico. **ABRAPP**, São Paulo, dez. 2006. Disponível em: < <http://www.abrapp.org.br/portal/adm/editor/UploadArquivos/Cons330%20Dez06.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2007.
- BOTELHO, Ducineli Régis. **Crítérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação do passivo atuarial de planos de benefícios de aposentadoria e pensão: um estudo nas demonstrações contábeis das entidades patrocinadoras brasileiras**. 2003. 201 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Programa Multiinstitucional e Inter- regional de Pós- Graduação, UnB –UFPB –UFPE –UFRN, Brasília, 2003.
- BRASIL. Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários no. 371, de 13 de dezembro de 2000. Aprova o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF.
- CHAGAS, Paulo César. **Previdência complementar brasileira: um estudo sobre a aderência da informação do passivo atuarial entre empresas patrocinadoras de plano de benefícios de aposentadoria e pensão e seus respectivos fundos de pensão**. 2006. 156 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) –Programa Multiinstitucional e Inter- regional de Pós- Graduação, UnB –UFPB –UFPE –UFRN, Brasília, 2006.
- FIGUEIRA, Sulemy Floripes. **Análise de planos de benefício de previdência complementar**. 2003. 160 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – UnB, Brasília, 2003.
- FUNDOS diluem risco do investimento em infra-estrutura. In: **Fundos de Pensão**, São Paulo, n.320, 17 – 20, setembro 2006.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Previdência complementar: informe estatístico da Secretaria de Previdência Complementar**. **MPAS**, Brasília, DF, set. 2006. Previdência Complementar. Disponível em: < http://www.mpas.gov.br/docs/pdf/ie_Setembro2006.pdf>. Acesso em 23 de mar. 2007.
- MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Previdência complementar: ranking dos ativos de investimento**. **MPAS**, Brasília, DF, jan. 2007. Previdência Complementar. Disponível em: < <http://www.mpas.gov.br/spcweb/relatorios/publico/ranking/consultainvestimento.asp>>. Acesso em 23 de mar. 2007.